

STF não decide sobre salários de parlamentares

por Adriana Vasconcelos
de Brasília

O Supremo Tribunal Federal (STF) não se manifestou ontem, como era previsto, sobre a ação de inconstitucionalidade apresentada pelo PT na última sexta-feira, contrária ao aumento de 143% aprovado pelo Congresso Nacional para os salários de todos os parlamentares. O relator da matéria, o ministro Sepúlveda Pertence, anunciou durante a sessão que não poderia dar seu parecer em função da resolução do Legislativo ainda não ter sido publicada.

Segundo o líder petista na Câmara, deputado José Genoíno, de São Paulo, a não publicação da resolução que garante o aumento dos deputados e senadores foi "uma manobra da mesa da Câmara para adiar o julgamento da ação impetrada pelo PT". Na sua opinião, a "manobra" serve para que a votação da matéria seja adiada até que o Judiciário e o próprio Legislativo entrem em receso.

O presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), rebateu ontem em plenário as acusações do deputado petista. Ele confirmou que a resolução aprovada na semana passada ainda não havia sido publicada, mas lembrou que sem a promulgação da matéria no Diário Oficial as folhas de pagamento da Câmara e do Senado não podem incluir o aumento dos parlamentares, cujos percentuais previstos são de 102,58% retroativos a novembro e mais 20% linear em dezembro.